



MAGALHÃES, Justino (2022): *Na rota da educação: epistemologia, teoria, história*. Campinas (BR): Editora UNICAMP; 256 pp. ISBN:9788526815643

Estamos perante uma obra de 256 páginas que se encontra estruturada em quatro capítulos, a saber, respeitando a seguinte ordem: 1. Epistemologia da Educação; 2. Teoria da Educação; 3. Ciências da Educação; 4. História da Educação. Na Introdução, o autor, começando por sublinhar o esforço de controlo político e ideológico do Estado sobre os sistemas nacionais de ensino – razão pela qual, aliás, nas sociedades modernas e contemporâneas o processo de escolarização se desenvolveu, em boa medida, segundo um modelo centralizado –, expõe os objetivos a que se propõe. Trata-se, nas palavras de Justino Magalhães, de “intentar uma epistemologia compreensiva e diferencial

da educação, orientada para um conhecimento pluridisciplinar e interrelativo do complexo: teoria, história, antropologia, pedagogia; representação da educação-instituição; perspectiva sistemática e crítica das ciências da educação” (p. 7). E explica, também, a orientação metodológica adotada. Isto é, a análise da educação e das ciências da educação não obedece a uma formatação de “manual-modelo”, a qual, como sucede habitualmente, remete para uma determinada racionalidade, designadamente: exploração de conceitos, revisão bibliográfica, sínteses e conclusões. Por outro lado, não alicerça a narrativa na cronologia de factos ou na menção particular a correntes pedagógicas. Na verdade, tomando como referência uma história “antropológica-pedagógica institucional” e preocupado com a ação educativa como interdependência e complexo de relações, o autor considera central dar uma visão panorâmica da educação e das ciências da educação, organizada por tópicos e subtópicos, que ponha em destaque, como afirma, “o sujeito contemporâneo, escolarizado, comprometido num pacto educativo total e participando das instâncias que dele interdependem” (p. 8). Em causa, o vínculo escola-sociedade. O sentido é o da transversalidade da escola enquanto mini sistema social destinado a preparar o cidadão, ou mesmo a socialização do aluno como ser moral.

Seguindo a estrutura da obra anunciada, e de forma resumida, no primeiro capítulo – Epistemologia da Educação –, Justino de Magalhães elabora uma interessante reflexão filosófica em torno de algumas ideias-chave. Considere-se, primeiramente, a importante referência a uma história antropológica, pedagógica e

institucional. Entende-a como via privilegiada para conhecer não apenas o real, mas também o possível (utopias). Por outro lado, referenciando o trabalho de António Nóvoa, designadamente, a ideia de construção de um “espaço público de educação”, considera haver lugar para o comum – “comunável” é a palavra que utiliza, sendo que o sentido que António Nóvoa lhe atribui ou valoriza é o de “comunicação” –, bem como para o diverso, o singular e o identitário.

Metodologicamente, ainda, a obra ganha relevo com um pressuposto formulado nas primeiras páginas, o seguinte: “a história é o grande observatório da educação, pois que nesta incidem o saber, o poder, a memória, a instituição. A educação busca substância e sentido, interpretando e atualizando o passado, recriando-o como presente-futuro” (p. 16). Formulação que justifica a construção de uma narrativa que combina diacronias e sincronias.

É nessa linha, aliás, que Justino Magalhães, procurando responder a um conjunto de interrogações que deixa explícitas e em aberto no final da secção 1.1. (Epistemologia da educação), recorre ao pensamento de Platão, Rousseau, Leibnitz, Dewey..., mas também a autores recentes, como é o caso de Edgar Morin (que define os saberes necessários à educação do futuro), para justificar que a educação, intrínseca ao ser humano numa dupla condição, isto é, de construção pessoal e de manifestação social, não contém um fim único.

Entendendo que o presente é o tempo da educação, e que este (o presente) deve ser crítico, o autor vê a educação como um percurso que tem um horizonte (intencionalidade), mas que é “condicionado e

limitado ao possível, ao circunstancial, ao pessoal” (p. 24).

Ainda no primeiro capítulo, secção 1.1., Justino Magalhães orienta o leitor através de um conjunto de subtópicos que vale a pena acompanhar. Em “Polissemia e radical da educação”, considerando a complexidade da educação enquanto campo epistémico, perspetiva a definição de um conjunto de binómios que refletem, justamente, a polissemia do objeto epistémico em causa, acentuando, conforme diz, tendências, por exemplo: “o binómio ação-produto favorece as pedagogias utilitaristas” (p. 25). Por outro lado, no subtópico “Pensamento educacional – dialéctica e totalidade”, mobiliza o pensamento de Gaston Bachelard, nomeadamente, o conceito de pedagogia diferenciada, para admitir uma ideia já mencionada em páginas precedentes, a de que a epistemologia tem de integrar o comum (universal), mas também o que é singular (específico). A secção termina com o subtópico “Complexo antropológico e pedagógico institucional”, no qual o autor sublinha que são a cultura escrita e a instituição que subjazem a este mesmo complexo. Demais a mais, sublinha que foi a universalização da cultura escolar a partir de finais de Setecentos e a formação das ciências sociais e humanas, no século XIX, sem esquecer, no início da centúria seguinte, a constituição das ciências da educação, que tornaram a educação estruturante no quadro das sociedades e dos Estados modernos.

Há uma ideia particularmente interessante que vai sendo desenvolvida até ao fim do primeiro capítulo. A de que a educação – constitutiva do humano e, por esse mesmo facto, condição de vida – conduz a uma melhoria moral, a uma elevação. A

essa luz, a educação condiciona a natureza humana e, não menos relevante, dá à pessoa o poder de definir um caminho, de se programar. Essa nota de otimismo, por assim dizer, é formalizada pelo autor do seguinte modo: “a educação dá substância e torna significativa a existência das pessoas nos planos humanístico, social, antropológico. O legado histórico é fundamento da educação; fruí-lo e fazê-lo evoluir é um direito das novas gerações. A educação é condição, direito, fruição” (p. 41). De resto, conforme afirma Justino de Magalhães, desde o final de Oitocentos que o pressuposto de melhoria conduz, pela mão, por exemplo, de autores como Herbert Spencer, a um conceito compósito: o de educação integral (intelectual, moral, física) – conceito que define bem a modernidade escolar. Outros conceitos são analisados de forma densa e profunda, como seja, por exemplo, na referência a Rousseau, o de contrato natural. Aliás, na linha de investigação anterior, o autor sublinha o contributo das obras de Rousseau para “a educação social através da escola” (p. 49).

Por outro lado, Justino Magalhães elucida de forma muito clara que, entre finais do século XVIII e as primeiras décadas da centúria seguinte, a transversalidade da escola, se quisermos, de um sistema escolar segmentado e progressivo, acontece em função do reconhecimento da infância e da necessidade de enquadramento de populações infantojuvenis para regeneração da sociedade. Mas, como faz saber ainda, é o primado das Luzes que garante que cada um têm direito a adquirir uma cultura fundamental e a possibilidade de continuar a conhecer.

No último subtópico do primeiro capítulo, o autor aborda a escola enquanto

instituição, associada ao processo de escolarização, querendo isso significar, nomeadamente: “áreas curriculares; estruturas materiais; uma escrituração e uma burocracia; a constituição de uma gestualidade; a configuração de perfis; a formalização de instâncias reguladoras e de normalização; a constituição de um profissional-docente” (p. 69). Do que se trata, também, para utilizar uma expressão de Justino Magalhães já consagrada, é do processo de oficialização do aluno. O modelo de escola-instituição definido no último terço de Oitocentos (“forma escolar”), que se manterá praticamente imutável, evoluirá, no entanto, conforme sublinha, por via do movimento da Escola Nova. Os traços dessa evolução contemplam, entre outras mutações: a coeducação; a educação integral; o ensino ativo; o autogoverno (self-government); a flexibilidade curricular.

No segundo capítulo do livro, o autor define o conceito de Teoria da Educação, o qual, do seu ponto de vista, encerra um sentido de mudança. Ou seja, nas suas palavras, “é um modo de pensar, compreender, representar, explicar, interpretar e perspetivar a complexidade educativa”, tornando assim “possível a ação e a reflexão” (pp. 80-81).

Por outro lado, regressa à ideia de que é com as reformas do século XVIII que se inicia a segmentação dos estudos – o alicerce é o pensamento de Rousseau, que distingue, em *Émile ou De l'éducation*, educação doméstica, educação natural e educação social –, e cuja definição se conclui no período pós-1945, com os chamados ciclos educativos. Tendo subjacente o princípio da mutação em educação, admite a existência de modalidades que

traduzem diferentes “educações”. Com efeito, fala em educação artística, educação física, educação cívica, educação estética, educação emocional e em Educação Nova como se se tratasse de modalidades de educação, mas tendo presente a ideia de que estas valorizam a personalidade e a autonomia dos educandos – em agenda, uma vez mais, a ideia de educação integral.

Num dos subtópicos do segundo capítulo, partindo de Delfim Santos e de George Snyders, Justino Magalhães elucida-nos sobre o modo de ser universitário. A narrativa estabelece três tipos de estudante universitário, o mesmo é dizer, três perfis distintos, que têm que ver com diferentes comprometimentos e opções/vocações. Trata-se de uma das passagens do livro em que a análise diacrónica e a visão prospetiva se articulam particularmente bem. Neste último caso, questiona com pertinência: “Em que medida o futuro da humanidade estará dependente dessa nova vaga de humanos detentores de uma educação terciária [universitária]?” (p. 88).

No mesmo capítulo, o autor dedica, também, atenção às seguintes questões, entre outras: i) envelhecimento e educação permanente, sendo que, no seu entender, “a unidade da educação é a vida” (p. 91); ii) construção do conhecimento científico e formação de professores, na referência a Albano Estrela e à metodologia de investigação-formação baseada na observação; iii) epistemologia da formação, tendo em conta perfis profissionais e contemplando as modalidades inicial e contínua (ao longo da vida); teorias educativas de autonomia.

O capítulo integra, ainda, importante síntese classificativa daquilo que o autor

designou movimentos pedagógicos, em função, designadamente, da relevância que em cada um dos movimentos têm fatores como o socioeconómico, sociopolítico, sociocultural...

E não falta uma reflexão, dir-se-ia absolutamente necessária, sobre o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (no caso português, documento de base humanista publicado em 2017). A este propósito, Justino Magalhães deixa a seguinte advertência: deve contemplar, o mencionado perfil, “conhecimento, competências, atitudes, valores, estética e ética, pelo que nenhuma dessas vertentes educativas pode ser subsumida ou aligeirada através de estratégias didáticas que traduzam fusão ou secundarização curricular” (p. 122). A fechar, são incluídos dois importantes subtópicos: “Narrativas de educação e histórias de vida” e “Escrita da educação”.

No capítulo seguinte – Ciências da educação –, o autor, mobilizando uma ideia estruturante da modernidade escolar (abordada em páginas anteriores), a de educação integral, introduz o conceito de taxonomia. Trata-se, nas suas palavras, “de uma sistemática sobre determinada área científica que contempla uma ciência dos princípios e a classificação dos elementos” (p. 131). No campo educativo, considerando que as taxonomias são “estruturas teóricas de apoio à prática” (p. 132), revê, designadamente, o trabalho de Benjamin Bloom.

No decurso da narrativa, percebe-se que a construção de taxonomias é importante para se conhecer a própria formação das ciências da educação, no sentido em que estas tiveram origem “no desdobra-

mento das ciências humanas e sociais e na decomposição da pedagogia” (p. 134). Justino Magalhães elucida-nos que, na transição do século XIX, momento em que emerge a pedagogia científica, as ciências da educação vão associar investigação e formação de professores. Daquilo que se trata é da constituição da educação como objeto epistêmico, podendo assim ser cientificamente estudada. A este propósito, cita a obra de Gaston Mialaret, *As Ciências da Educação* (1976), analisando posteriormente a reconfiguração das ciências da educação a partir dos anos de 1980, período em que passam a constituir domínios científicos de graduações e pós-graduações.

Por outro lado, tomando como referência outro importante livro de Gaston Mialaret, *Introduction aux sciences de l'éducation* (1985) – que se centra na instituição educativa –, destaca a ideia de interdisciplinaridade. Considera que a obra em questão “contempla uma polissemia e avança pela disciplinaridade em torno de determinantes gerais; determinantes e fatores de dimensão meso; determinantes intrínsecas à instituição educativa” (p. 140). E conclui que se estabelece “uma dialética entre instituição-educação e instituição educativa, posto que a aproximação ao local, ao contemporâneo, à ação confere a essa última um poder instituinte” (p. 140). Justino Magalhães sublinha, ainda, o facto de a mencionada obra de Mialaret ter contribuído para a afirmação da cientificidade do campo da educação.

Ainda no terceiro capítulo merece atenção a abordagem à temática da inovação em educação. Um dos princípios afirmados, na referência, aliás, ao trabalho de John Dewey, é o de que a inovação

é inerente à educação. Trata-se de uma ideia que radica em fundamentos que vão emergindo ao longo da obra, aos quais, aliás, já nos referimos, nomeadamente: a educação ter um horizonte de futuro, de melhoria do presente, de orientação prospectiva e, mesmo, de idealização utópica. Por outro lado, o autor sustenta que “os principais movimentos inovadores na educação têm admitido invariantes e preservado um núcleo estrutural de fatorialidade e interdependências” (p. 154). Porém, tendo presente o pensamento de Daniel Hameline, elucida que mesmo a Escola Nova admitiu “variâncias”, uma vez que bastava o cumprimento de metade dos 30 princípios consagrados na *Convenção das Escolas Novas* (1915) para que uma escola passasse a ser considerada Escola Nova. Por outro lado, como defende ainda, tem sido por via das ciências da educação que se têm registado, a partir da segunda metade do século XX, as mudanças mais consequentes. O que também interessa enfatizar, designadamente, por ser uma ideia bem presente na obra de Justino Magalhães, é que a inovação não é um fim em si mesma. Dito de outro modo, está associada à natureza transformadora da educação. Estamos, aliás, face a uma ideia que permeia o debate pedagógico atual. A este respeito, na verdade, é elucidativo o documento de trabalho recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Educação (cf. Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas, maio de 2023).

O quarto e último capítulo – História da Educação – inicia-se com uma abordagem a alguns conceitos internos ao campo da educação, partindo o autor da ideia de que estes, não obstante a sua natureza teórica, “têm em regra subjacente uma mate-

rialidade substantiva e prática” (p. 161). São, então, analisados conceitos como interesse, prática, habitus, livre-arbítrio, honra, castigo, valor, entre muitos outros. Recorrendo, por exemplo, a Max Weber e a Pierre Bourdieu, é explicada ao leitor a forma como conceitos sociopedagógicos ou histórico-antropológicos, nomeadamente, foram incorporados no quadro conceptual da educação. E adverte, “os conceitos carecem de uma heurística e de uma hermenêutica de contextualização, abrangência, projeção, ressignificado” (p. 164). Assim, o labor historiográfico não pode deixar de considerar que os conceitos contêm uma semântica. É nesse sentido, ainda, que Justino Magalhães, na referência à investigação de Michel de Certeau, introduz a ideia de que a “história é arquivo”, querendo com isso significar “que a sua historicidade carece de sequente atualização e reconceitualização para se tornar educativa” (p. 168).

Por outro lado, elucida-nos que a escrita da história e a escrita da educação pressupõem um método regressivo (parte-se do tempo presente). E sublinha o facto de existir uma ligação particular entre história e educação, sustentando, aliás, que desde o século XVIII tiveram evolução conjunta: “a história como substância, discurso e sentido; a educação como método, atualização e significado” (p. 170).

Numa das secções do último capítulo, Justino Magalhães recupera uma referência anunciada na Introdução, a de uma história-antropológica-pedagógica-institucional. “Educação e vida” é o tópico que começa por explorar. Reconhecendo que a vida é parte significativa da educação, mobiliza o pensamento de vários autores. Por exemplo, assinala a investigação de

João dos Santos, sublinhando que o médico-terapeuta perspetivava a educação enquanto “processo de vida”. E explica essa aceção: “vivendo e contando com estímulos e ajuda, a criança desenvolve-se, forma-se, educa-se a si própria” (p. 175).

O texto subdivide-se, ainda, por várias outras secções/ subtópicos (trata-se, de resto, do capítulo mais extenso). Citem-se, tão-só, as seguintes, sem com isso querer definir uma escala de importância: “Educabilidade: hominização/humanização”; “Cultura escrita e mente letrada”; “Esfera pública e educação”; “História, educação, reformismo”. A propósito destas “entradas”, dir-se-á, muito sumariamente, que há um conjunto de ideias que o autor vai fazendo sobressair. Mencione-se, uma vez mais, a de que (para a educação) o ser humano é complexo, dotado de vontade e construtor de si próprio, exercendo, ademais, uma ação transformacional sobre o mundo. Por outro lado, Justino Magalhães não deixa de considerar os avanços da neurobiologia e das ciências cognitivas, de modo muito particular, para o conhecimento da interdependência entre cérebro e mente. Chama, também, a atenção para uma ambiguidade na historiografia da educação e do ensino: a praticamente ausência de história da iniciativa privada no correlato à oferta escolar e à promoção da cultura, quando, na verdade, foi nessa esfera (e não na pública, estatal ou municipal) que, amiúde, “se antecipou, preparou, ampliou, ou mesmo supriu as lacunas da iniciativa pública” (p. 194). E regressa a uma ideia: a de novo e de inovação, mas defendendo que a última, sem referencial teórico, fica ininteligível. E questiona: “o que é inovar em educação?”, sendo que considera que para “haver noção do novo

é preciso conhecer, respeitar, caracterizar o instituído” (p. 231). Conclui, depois, em consonância: “a inovação resulta da evolução das práticas, mas é um dos campos da teoria” (p. 233). Uma ideia que, de igual modo, emerge é a de que mudança não significa necessariamente progresso, ou seja, também pode configurar permanência ou, mesmo, declínio. Ensaia, por outro lado, importante sequência de quadros histórico-pedagógicos-antropológicos-institucionais, desde finais do século XVII à atualidade, tendo implícita a noção de reforma.

Neste último capítulo, Justino Magalhães caracteriza bem o paradigma da história da educação e, não menos importante, explicita que objetos epistémicos podem ser gerados nesse campo científico, entre eles, a já referida temática do novo – central, de facto, à história da educação, seja no quadro de reformas, seja sob a perspectiva da inovação.

O autor é uma autoridade na área de especialização de História da Educação. O presente livro, denso e profundo do ponto de vista teórico, na senda, aliás, de muitas outras obras que foi publicando desde o início dos anos de 1990, traz importantes reflexões, acrescentando, na referência

ao processo de modernização pedagógico-escolar que tem lugar a partir de Setecentos (num sentido mais abrangente, à influência que a escola tem na Modernidade), conhecimento científico. Por outro lado, tendo subjacente a natureza transformacional da educação, deixa uma nota de otimismo e de esperança no futuro, patente, de resto, na singular e feliz passagem (sendo que a escola, como também afirma, ainda está, em parte, por cumprir): “Educação e escola foram (e vão) para e até onde quem as sonhou quis, soube ou foi capaz de levá-las” (pp. 231-232).

O livro termina com significativo conjunto de referências bibliográficas (16 pp.), permitindo ao leitor aprofundar algumas das temáticas abordadas.

Um breve apontamento, ainda, para referir que o livro ganharia com a integração de um índice sistemático, uma vez que se faz apenas referência ao título dos capítulos.

Por fim, e pelo que foi sendo dito, trata-se, seguramente, de uma obra de consulta obrigatória.

*Carlos MANIQUE DA SILVA
UIDEF, IE-ULisboa*